

Bickerton irreconciliável: o conceito de protolinguagem e sua inadequação em uma abordagem evolutiva e social da linguagem

Humberto Luiz Galupo Vianna¹

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais

“O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente”.
(Fernando Pessoa, “Autopsicografia”)

“A única maneira de fazer de conta que se fala chinês quando se fala com um cidadão chinês é dirigir-lhe a palavra em chinês. Por conseguinte, nessa ordem de enunciação, a simulação é simulação de simulação (para fazer de conta, faço realmente: portanto, eu só fingi que fingia).”
(Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*)

Introdução

Escrever sobre evolução da linguagem em uma revista de estudos crioulos (e similares) tem para mim um significado político, muito mais que valor acadêmico. E isso porque o tratamento que tem sido dado a sistemas dinâmicos - por exemplo, as línguas, ou os organismos - em uma certa literatura lingüística com viés biológico, interfere diretamente no modo como vemos os processos de constituição do modo de vida de grupos humanos. Eu, particularmente, me sinto no dever de decidir e expor a visão que considero mais útil.

Os textos sobre evolução da linguagem que vou discutir aqui são principalmente duas obras do lingüista Dereck Bickerton, *Language & species* [BICKERTON, 1992] e *Lingua ex-machina: reconciling Darwin and Chomsky with the human brain* [CALVIN & BICKERTON, 2000], onde o autor nos oferece uma narrativa sobre a constituição evolutiva da linguagem. Ao sugerir que línguas “em formação” (ou seja, aquelas que o lingüista observa e descreve no “salto quântico” de sua genealogia - as línguas pidgin e crioulas) são modelos vivos do processo de formação da linguagem como uma característica específica de nossa própria espécie, o autor está utilizando um recurso há muito conhecido nas ciências históricas - como a geologia ou a biologia evolutiva - que é inferir processos passados a partir da observação de processos atuais presumivelmente idênticos.

Um exemplo clássico desse *princípio de uniformitarismo de processo* encontra-se no primeiro livro de Charles Darwin, sobre a formação dos atóis - os anéis de recife de coral encontrados em alto mar - *The structure and distribution of coral reefs*, de 1842 [GOULD, 1992, p. 127]. O método de Darwin é bastante simples, mas não menos engenhoso: se os processos históricos de grande escala se desenvolvem em tempos distintos, vários de seus estágios devem ainda existir na natureza. Assim, Darwin cataloga três estados presentes da constituição dos recifes de coral (recifes de orla, barreiras de recife e os próprios atóis), e infere que estes são estágios na formação de qualquer atol.

Uma diferença que pode ser apontada entre os recifes de Darwin e “a linguagem”, é que, segundo um pressuposto comum da literatura lingüística, essa é uma capacidade que se desenvolveu uma só vez, ou, pelo menos, apenas concomitantemente ao surgimento do humano, sendo uma capacidade específica da espécie. Seguindo esse pressuposto, o que resta ao investigador que se propõe tratar da evolução da linguagem é encontrar (ou construir) um modelo como técnica de inferência histórica, espelhando a idéia de Gianbattista Vico [DUPUY, 1996, p. 21] de que *verum et factum convertuntur* - o que é verdadeiro e o que se faz podem ser convertidos um no outro - ou seja, a simulação do fenômeno como modo de conhecê-lo. Essa, vou argumentar, foi a pedra de toque da revolução intelectual do século XVII no ocidente, revisitada com incrível semelhança pelas ciências cognitivas como um todo, e, portanto, também pela lingüística.

O modelo proposto por Bickerton, longe de ser novo, está em harmonia com uma determinada tradição nas ciências lingüísticas, que é a do tratamento da linguagem como capacidade, de algum modo pré-determinada em nosso aparato biológico. A questão do surgimento da linguagem no humano, nessa visão, só se torna relevante a partir da pressuposição de uma diferença inter-específica nesse aparato. O problema é que uma característica desse programa de pesquisa em lingüística é a abstração da dimensão histórica da linguagem, refratária, portanto, ao tratamento evolutivo. Assim, Bickerton precisa realizar um movimento de *conciliação*, chamando atenção para a origem da linguagem em nossa própria espécie.(ou “reconciliação”, talvez numa alusão - equivocada, vou argumentar adiante - à proposta histórica radical de Darwin, tão desconhecida da ciência ocidental do XVII quanto ignorada pelas mais recentes pesquisas em cognição).

O conceito-chave de Bickerton para sua estratégia de reconciliar um processo histórico e o “núcleo duro” da linguagem é o de protolinguagem. O conceito é utilizado para reafirmar uma diferença fundamental entre a linguagem do humano adulto e um estágio considerado inferior ou anterior, cujos modelos seriam: a) as atividades interacionais de primatas não-humanos enculturados; b) as crianças em suas primeiras fases de desenvolvimento lingüístico; c) as pessoas que sofreram algum tipo de lesão cerebral, exibindo algum tipo de comportamento desviante relacionado à linguagem; e d) os usuários de línguas pidgin. O argumento de Bickerton é que os dois sistemas são genealogicamente próximos por serem ambos sistemas representacionais (a solução do paradoxo da continuidade) mas diferem em complexidade de estruturação sintática (o “salto” evolutivo). Atribuindo à sintaxe o papel de motor do diferencial cognitivo em uma perspectiva histórica, o movimento de Bickerton incorpora os processos evolutivos e de desenvolvimento da linguagem ao quadro teórico do gerativismo (em lingüística) e do cognitivismo (em ciências cognitivas).

Pretendo demonstrar que a incorporação proposta por Bickerton é “irreconciliável”, pois as bases teóricas sobre que se assentam suas pressuposições históricas dependem de aceitarmos uma certa biologia que desconsidera as contingências e o contexto do desenvolvimento ontogênico, inadequada, portanto, para a abordagem de um comportamento interacional como a linguagem. Considero, ainda, que a presente discussão é igualmente relevante para uma análise histórica dos processos de pidginização e crioulização, em que sempre corremos o risco de incorporar metáforas neodarwinianas (tratadas com mais sensibilidade pelo próprio Darwin) e pan-selecionistas sobre estruturas incipientes.

A revolução objetivista: o *verum factum*

Antecipando as recentes propostas de uma “epistemologia científica” por parte das ciências cognitivas, *ciência* e *conhecimento* eram indubitavelmente sinônimos perfeitos há mais de 300 anos. Em 1645, no púlpito da Capela Real, em Lisboa, o Padre Antônio Vieira prega que o que melhor caracteriza o amor de Cristo pelos homens é a sua “ciência”, e, ao mesmo tempo, a ignorância do ser amado. Vieira cita São João, 13:1: *Sciens Jesus* - Cristo amou sabendo - e *tu nescis* - os homens foram amados ignorando [VIEIRA, 1992, ps. 67-68]. O autor argumenta que a “fineza” do amor de Cristo não pode ser comparada ao amor mundano, pois o primeiro está baseado no conhecimento dos defeitos do ser amado - inclusive sua ignorância - e, o segundo, em uma atribuição irrefletida de virtuosidade. Diz Vieira:

“Os homens amam muitas coisas que as não há no Mundo; amam as coisas como as imaginam; e as coisas como eles as imaginam, havê-las-á na imaginação, mas no Mundo não as há. Pelo contrário, Cristo amou os homens como verdadeiramente eram no Mundo, e não como enganosamente podiam ser na imaginação (...) E amar ao inimigo, cuidando que é amigo; e ao traidor, cuidando que é leal; e ao ingrato, cuidando que é agradecido, não é fineza, é ignorância”.

[VIEIRA, op. cit., ps. 81-82]

Estes trechos fazem parte do “Sermão do mandato”, nome dado a seis sermões ligeiramente diferentes proferidos em Lisboa e Roma entre 1643 e 1670. Geralmente atribui-se a esse sermão um caráter “exclusivamente religioso”, um exercício retórico de louvor ao amor místico (por exemplo, na breve análise de Eugênio Gomes, em VIEIRA, op. cit. p. 65). Mas Vieira era suficientemente atento às questões políticas de seu tempo para detectarmos na prédica mais do que fervor religioso: a batalha contra a “heresia protestante” demandava soldados conscientes dos sacrifícios esperados, e não ovelhas obedientes movidas por paixões cegas (em confronto aberto com o desejo de outros setores políticos da mesma Igreja, um inimigo tão ou mais formidável que os calvinistas, o que rendeu a Vieira problemas constantes com o Santo Ofício, inclusive um processo da Inquisição).

Há ainda um terceiro aspecto do sermão, e este nos interessa mais de perto. O século XVII - e, veremos adiante, especialmente em suas décadas centrais, culminando no período compreendido pelo “Sermão do mandato” - é palco da “revolução intelectual” [BURNS, 1957, p 541] ou “revolução científica” [MAYR, 1998, p. 349; WHITROW, 1993, ps. 133-157] no universo ocidental. Os dois nomes mais celebrados dos seiscentos vêm da rainha das ciências, a física: Galileu e Sir Isaac Newton, um morto e o outro nascido exatamente um ano antes do primeiro “Sermão do mandato”. Merecidamente famosos, estes dois investigadores são, no entanto, apenas parte de um movimento muito maior, caracterizado pela ruptura do ocidente com uma atitude antropocêntrica de observação e inquirição científicas [THOMAS, 2001, ps. 62-63]. Os naturalistas modernos insistiam que o único modo científico de olhar para as coisas deveria basear-se em seus traços “imparciais”, independente, portanto, de suas relações com o observador. Por exemplo, os animais não mais podiam ser descritos como “amigos”, “confiáveis”, “úteis” ou “comestíveis” [op. cit., p. 64], mas segundo suas

características intrínsecas. A nova ciência reagia aos “erros vulgares” cometidos por alguns autores - principalmente teólogos naturalistas - e pela sabedoria popular européia, como sendo resultado da imposição das necessidades humanas à natureza. Kepler, por exemplo, rejeita a concepção animística do mundo, e compara-o a um relógio [WHITROW, op. cit., p. 142].

Mas o que nos garante que estamos observando os objetos naturais - repetindo Vieira - “como verdadeiramente eram no Mundo”? A solução primeira é a observação sistemática dos objetos naturais, o mandamento baconiano de investigar e experimentar para saber. Em biologia, o aperfeiçoamento dos instrumentos de observação alavanca a experimentação e cria uma verdadeira casta de cientistas, os “biólogos do microscópio”, Hooke, Leeuwenhoek, Swammerdan e Malpighi, que, de 1625 a 1687 vão destruindo uma a uma várias das antigas convicções populares sobre o funcionamento do mundo vivo [THÉODORIDÈS, 1984, p. 28]. A diferença entre ciência e não-ciência (a ignorância) é a objetividade.

Mas uma segunda estratégia liga-se diretamente ao *verum factum* de Vico, que é a modelização - a simulação - de um objeto ou fenômeno. Produzindo o modelo estamos reproduzindo o fenômeno a ser investigado, e, portanto, conhecendo-o. O amor místico elogiado por Vieira é científico, pois Deus criou o mundo, e nada nos resta a fazer senão experienciá-lo de modo imperfeito, daí a nossa ignorância. Inicialmente, portanto, uma carência humana, Jean-Pierre Dupuy propõe [DUPUY, op. cit., p. 21] que o *verum factum* torna-se um princípio positivo exatamente pela nossa capacidade de modelizar o mundo, refazê-lo: *sciens homo*. Ao mesmo tempo, paralelamente a uma separação entre nossas necessidades e as estruturas naturais observadas, cria-se também um abismo intransponível entre o conhecimento do cientista e o fenômeno investigado (mesmo que esse seja a própria cognição). Ao descrevermos o funcionamento cognitivo de um organismo não-humano, o abismo não é maior, apenas mais evidente. Devemos investigar - amar, diria Vieira - os objetos naturais, conhecendo a sua ignorância, reproduzindo-a. É difícil circunscrever esse princípio à revolução intelectual do século XVII: esse é um princípio válido nos programas contemporâneos de pesquisa em cognição. E em lingüística.

O paradoxo da continuidade

Minha insistência no século de Newton tem dois propósitos: demonstrar que um certo modo de pensar e fazer ciência não é sob nenhum aspecto necessário, mas reflete uma tradição cultural - uma história - do ocidente, e, principalmente, sugerir que esse modo de pensar e fazer ciência é inadequado para o tratamento de sistemas dinâmicos, tanto pelo que ele pressupõe, quanto pelo que deixa de fora.

Em 1628 - me perdoem mais esta visita ao XVII - William Harvey descreve a circulação sangüínea como um sistema de tubos e válvulas mecânicas [LEWONTIN, 1997, p. 94]. Essa metáfora, isto é, o modelo da máquina, abre todo um programa de pesquisas sobre o vivo, cujas apropriações mais famosas são a mecanização geral dos organismos, proposta por René Descartes, e o modelo autômato do Estado, proposta por Thomas Hobbes. Nas mãos desses pensadores, o mundo-relógio de Kepler é um modelo traduzível para os sistemas dinâmicos, ou seja, o organismo-relógio e a sociedade-relógio. Nas palavras de Dupuy, “boas antologias sobre a inteligência artificial fazem de Thomas Hobbes o precursor da disciplina” [DUPUY, op. cit., p. 21]. Isso porque, mais que propor um modelo mecânico, as contribuições de Harvey, Descartes e Hobbes (e,

por extensão, o pensamento hegemônico dos seiscentos) ligam-se diretamente às atuais ciências cognitivas ao enfatizar a simulação do mundo como a chave para sua compreensão - compreender refazendo. E o que essa simulação deixa de fora?

Em ciência lingüística, estamos familiarizados com a atribuição, ao “falante”, de capacidades inatas anteriores e - e, em algumas escolas do pensamento lingüístico - causadoras da performance individual na linguagem, independente de seu modo particular de realização: “descrições estruturais como um complexo de instruções para os sistemas de performance” [CHOMSKY, 1993, p. 2]. Essa é exatamente a proposição dominante em ciências cognitivas, pelo menos desde meados dos anos 40 em sua influência direta sobre a lingüística, uma datação histórica que remete às primeiras discussões dos cibernéticos e ao nascimento da teoria da informação [DUPUY, op. cit., p. 45]. A linguagem, nessa tradição, é apenas um dos muitos aparatos possíveis no canivete suíço mental vislumbrado pelo cientista cognitivo.

Dereck Bickerton, constrói, em cima dessa linha de pensamento, o que ele chama de “paradoxo da continuidade” [BICKERTON, op. cit., ps. 7-24]. O argumento segue da seguinte maneira: a linguagem é uma capacidade específica da espécie humana; a linguagem evoluiu; “nada evolui do nada”; a evolução só ocorre por recombinação genética; há uma diferença qualitativa entre a linguagem (humana, esteja claro) e as formas de comunicação animal. Resumindo, o “paradoxo” de Bickerton está assentado em pressuposições derivadas de sua afiliação ao pensamento hegemônico nas ciências cognitivas: se a linguagem é uma capacidade cognitiva específica da nossa espécie, essencialmente diferente de qualquer correlato animal (“essencialmente”, ou seja, causado por uma combinação genética distinta) e a evolução só ocorre por recombinação genética, temos um paradoxo. Aqui, é claro, precisamos introduzir o “pensamento genético” típico de cientistas que não estão familiarizados com as pesquisas do desenvolvimento orgânico (na biologia molecular ou na embriologia), tratando genes específicos como causadores diretos de características específicas [KELLER, 2002].

O que está sendo deixado de fora nos autômatos cartesianos, em grande parte das ciências cognitivas, e na lingüística imaginada por Bickerton, é que sistemas dinâmicos, seja a linguagem ou um organismo, dependem crucialmente de suas histórias contingentes em pelo menos dois níveis: o nível filogenético, ou seja, a história contingente de sua própria linhagem, e o nível ontogenético, isto é, a história contingente de seu desenvolvimento individual. Um segundo problema é que, se uma explicação sobre os organismos não faz sentido (ou pelo menos é muito pobre) ignorando sua dupla dimensão histórica, a utilização da mesma abordagem para “a linguagem” é ainda mais problemática, pois trata-se aí do modelo mecânico de um “algo” pertinente ao domínio de interações entre dois ou mais organismos. Em suma, a reificação da linguagem é essencial para que possamos aceitar o paradoxo de Bickerton.

Entre as mecanizações seiscentistas e a moderna lingüística, a história deveria ter entrado nas preocupações de qualquer programa científico que lida com sistemas dinâmicos, pois no meio do caminho encontra-se a contribuição radical de Charles Darwin [DARWIN, 1974 (1871); DARWIN, 1981 (1859)]. Por outro lado, os esforços do próprio Bickerton em conciliar o pensamento evolutivo com o seu nativismo lingüístico são invalidados pelo modelo sugerido por esse mesmo nativismo: não se transforma um “estado da linguagem” em um processo (um sistema estático em um sistema dinâmico) simplesmente adicionando etapas.

Nas palavras do psicólogo Michael Tomasello, “para compreendermos totalmente o papel dos processos histórico-culturais na constituição da cognição humana precisamos observar o que acontece durante a ontogenia humana” [TOMASELLO, 2000, p. 7]. Ou seja, o autor não aceita uma explicação filogenética constitutiva para todo o sempre; ele entende que o processo - para ser processo - tem que ser reencenado em cada ontogenia, mas em um contexto histórico que conserve as condições para a sua realização. O debate sobre instâncias causais independentes do seu contexto de realização - ou seja, o debate entre natureza e cultura - é corretamente localizado por Tomasello na Europa moderna pré-darwiniana.

O autor se pergunta [op. cit., p. 48] porque a revolução de Darwin - da inevitabilidade de se considerar os organismos como sistemas duplamente históricos - nunca foi levada muito a sério nas discussões dos cientistas cognitivos e porque tamanha importância dada aos estados iniciais - ou seja, ao inatismo. Tomasello dá um exemplo simples da inutilidade de se considerar inato qualquer produto biológico (a formação dos membros no embrião humano), pois, como produto de um processo intrincado de desenvolvimento - desde a síntese protéica, a diferenciação celular até os processos interacionais do organismo como um todo - temos muito pouco a ganhar parando nossa investigação no meio, ou no início, do caminho. Tomasello chama tais teóricos da cognição de “philosophical nativists”, aludindo à distância que essa tradição mantém até mesmo das investigações empíricas em genética, campo a que atribuem tanta força causal.

Os protolingüísticos

A solução de Bickerton para um paradoxo que, repito, só existe se aceitarmos seus pressupostos, é considerar a linguagem como um “sistema de representações” de segunda ordem, e que portanto pode ter antecedentes evolutivos em sistemas representacionais de outros organismos. Mas o que significa, aqui, um sistema de representações?

Na proposição cartesiana original, o *cogito* estava irremediavelmente separado do corpo. Nós, humanos, temos em comum com outros organismos um mesmo maquinário, mas possuímos uma “alma” não influenciável por nossas experiências mundanas, e fonte da razão pura. Como a ciência objetivista prezava (e preza) a experimentação, o conflito segue por todo o século XVIII com o debate entre racionalistas e empiristas, culminando com a síntese kantiana [BURNS, op. cit., os. 634-635]. Immanuel Kant pretende solucionar o impasse concedendo um papel importante à percepção, mas propondo que, na constituição do *cogito*, categorias mentais universais e inatas - e internas, imateriais - devem ser impostas ao *input* sensorial. Entre o mundo informe e a mente do observador, portanto, há a necessidade de um “mediador epistêmico” para dar conta do processamento da - digamos, em termos modernos - informação. Aí está um sistema de representações mentais, e, apesar de alguns desenvolvimentos divergentes em algumas escolas das atuais ciências cognitivas, não há motivos para supor que estamos tratando de algo muito diferente, por exemplo, da proposta de Bickerton.

O que há de inovador nas atuais ciências cognitivas é uma “democracia material” para a postulação desse sistema representacional, ou seja, na possibilidade de gerá-lo em realidades materiais distintas do humano, e, portanto, simulá-lo. Em lógica e nas pesquisas em inteligência artificial, determinados sistemas lógico-formais, e, mais tarde, o computador, serviram de modelo para a cognição humana baseada em representações.

Para Bickerton, níveis de representação (em uma escala hierárquica que preserva o humano no topo) podem, e devem, ser postulados para qualquer organismo, que, de qualquer forma, precisa operar no mundo de acordo com alguma teoria disponível: os animais precisam de “conteúdos mentais” para sua sobrevivência.

Resolvida a questão da continuidade evolutiva, Bickerton precisa agora atacar sua questão mais cara, que é a da descontinuidade. Afinal, ele firmemente acredita que evolução é igual a recombinação genética, e portanto é preciso dizer que nova estrutura foi gerada no novo genoma (sem esquecer, é claro, que estamos aqui falando de linguagem como uma característica específica do humano, presente como expressão de um genótipo específico). Para o autor, essa nova estrutura fenotípica é a sintaxe [BICKERTON, op. cit., ps. 73-74], cuja realização comportamental é a linguagem humana adulta.

Como na seqüência darwiniana de recifes de coral, Bickerton desafia sua seqüência evolutiva - não-linguagem, protolingüagem e linguagem - mas, na falta dos organismos transicionais (protolingüísticos), o autor propõe como modelos viáveis quatro categorias de seres: a) os primatas não-humanos enculturados; b) as crianças em suas primeiras fases de desenvolvimento lingüístico; c) as pessoas que sofreram algum tipo de lesão cerebral, exibindo algum tipo de comportamento desviante relacionado à linguagem; e d) os usuários de línguas pidgin. Todos esses organismos, para Bickerton, produzem um comportamento pré-lingüístico semelhante, cujas características são sentenças curtas, sem orações complexas ou subordinadas, poucos ou nenhum item gramatical ou modificadores [op. cit., p. 105-129].

As fases anteriores à linguagem postuladas pelo autor refletem sua adesão a uma “escada da cognição”, que vai da percepção pura, passando pela intermediação epistêmica até a razão pura - uma reedição, ao mesmo tempo, do processo atemporal vislumbrado por Kant em sua postulação de categorias mentais impostas à percepção sensorial, e da superioridade da alma humana proposta por Descartes. Curiosamente, essa progressão passa simultaneamente por uma representação mais acurada do mundo e um distanciamento cada vez maior desse mesmo mundo.

Na escala mais baixa, os organismos possuem meios pobres para representar o mundo (talvez pela falta de uma célula nervosa) sobrevivendo à custa de proto-percepções não computáveis, ao passo que organismos mais “complexos” já exibem o PRS, têm a capacidade de realizar categorizações e possuem “proto-conceitos” acerca do mundo. Finalmente, o que distingue os protolingüísticos desses seres é um incremento no sistema representacional (*secondary representational system* - SRS) que permite a manipulação de verdadeiros conceitos, mas falta-lhes o princípio organizador - e definidor - da linguagem, que é a sintaxe.

O que temos na seqüência acima é uma passagem da percepção à abstração como escala evolutiva. A definição progressiva de “conceito” em Bickerton é ilustrativa sobre esse ponto. O autor pergunta: qual o conceito (se há algum) que um sapo tem de inseto? Como distinguir a manipulação interna que o sapo faz de inseto e os conceitos atribuídos ao humano? [op. cit., p. 27-28]. Bickerton responde propondo um intermediário (os macacos vervet com vocalizações distintas para predadores diferentes) e diferenças progressivas entre conceitos manipulados por humanos. O conceito “leopardo”, por exemplo, pertence a uma categoria talvez acessível aos vervet, pois liga-se mais imediatamente às nossas percepções, e, no outro extremo está o conceito “unicórnio”, privilégio de portadores de um SRS.

Conclusão

Os dois distintivos máximos das ciências cognitivas, “pensar é calcular” e “conhecer é simular” [DUPUY, op. cit.] aplicam-se à narrativa evolutiva de Bickerton por duas vias: é assim que o autor vê o operar cognitivo do organismo, e é assim que o autor pretende solucionar seu “paradoxo evolutivo”: utilizando modelos para um processo histórico, que, posto de qualquer modo, não pode ser replicado *in vitro*.

Considero que o método inferencial de Bickerton, por si só, não tem nada de errado. A principal característica dos eventos históricos é exatamente a de serem únicos, e portanto, é boa ciência utilizar meios indiretos para investigá-los. Espero que minha citação do método de Darwin para narrar a evolução dos recifes de coral tenha ilustrado minha completa satisfação sobre isso. No entanto, essa mesma característica de particularidade de uma fenômeno histórico deve nos deixar desconfiados das tentativas, tão comuns em ciência canônica, de generalizar todo e qualquer aspecto de seu desenvolvimento.

A proposta de Bickerton se diferencia de abordagens lingüísticas nativistas - da escola gerativa, por exemplo - tão somente porque introduz uma preocupação com o aspecto evolutivo da linguagem. Afinal, é esse movimento que o autor se propõe a fazer desde o início, e essa preocupação com um aspecto histórico da linguagem é sempre uma boa notícia. Mas, infelizmente, o autor não abre mão de noções incompatíveis com o tratamento de objetos históricos: no caso da linguagem, a sua reificação e cristalização como uma capacidade universal e inata - um estado, e não um processo - dependente quase que exclusivamente de uma condição inicial determinada; e, no caso dos organismos que a experienciam, uma abstração dos processos envolvidos no seu desenvolvimento histórico e contingente. Ainda, o autor repete alguns equívocos comuns de uma biologia evolutiva (quase) em desuso, que é tratar teleologicamente “estruturas incipientes”. Afinal, qual o propósito de conceber uma *protolinguagem*, a não ser na perspectiva de seu desenvolvimento posterior como uma capacidade plenamente funcional?

Minha quase total ignorância sobre os estudos crioulos (e similares) não me permite discutir até que ponto o modelo de Bickerton poderia iluminar ou confundir os trabalhos nessa área. Mas entendo que, ao investigar os processos de interação lingüística, quer o façamos na perspectiva de sua formação como um modo de vida humano (fiologenticamente), na perspectiva do desenvolvimento individual de um organismo humano (ontogeneticamente), ou, ainda, na perspectiva de sua formação em uma comunidade *específica* de humanos (por exemplo, em interações pidgin), devemos levar em conta as particularidades históricas e contingentes do objeto de estudo.

No caso específico das línguas consideradas em formação, acho extremamente prejudicial tratá-las como incipientes, pois corremos o risco de negar a importância dos processos interacionais realizados pela comunidade de seus falantes - como sendo fundamentalmente diferentes daquilo que fazemos quando interagimos, por exemplo, em português. E, pior do que isso, tal abordagem dá margem a que consideremos um sistema lingüístico qualquer - uma língua “formada” - como totalmente homogêneo, independente dos vários modos e disposições com que lidamos com ele. Esse, penso eu, é o risco do modelo, que por ser modelo, prescinde do contexto de realização do fenômeno. É possível amar, sim, conhecendo os defeitos do ser amado. Mas não é boa ciência pretender conhecer seus defeitos antes de amar.

Referências Bibliográficas

- BICKERTON, Dereck. *Language & species*. Chicago, UCP, 1992
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Globo, 1957. v. 2
- CALVIN, William and BICKERTON, Dereck. *Lingua ex machina: reconciling Darwin and Chomsky with the human brain*. Cambridge, MIT, 2000
- CHOMSKY, Noam. "A minimalist program for linguistic theory". In: HALE, Kenneth and KEYSER, Samuel Jay (eds.). *The view from building 20: essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MIT, 1993
- DARWIN, Charles. *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo, Hemus, 1974 (1871)
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo, Hemus, 1981 (1859)
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo, UNESP, 1995
- GOULD, Stephen Jay. *A galinha e seus dentes e outras reflexões sobre história natural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992
- LEWONTIN, Richard. "Gene, ambiente e organismos". In: SILVER, Robert (org.). *Histórias esquecidas da ciência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997
- MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília, UNB, 1998
- THÉODORIDÈS, Jean. *História da biologia*. Lisboa, Edições 70, 1984
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001
- TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Harvard University Press, 2000
- VIEIRA, Antônio. *Vieira: sermões*. GOMES, Eugênio (org.). Rio de Janeiro, Agir, 1992
- WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993